

## Classes Gramaticais - Pronome

D. Antônio tinha ajuntado fortuna durante os primeiros anos de sua vida aventureira; e não só por capricho de fidalguia, mas em atenção à sua família, procurava dar a essa habitação construída no meio de um sertão todo o luxo e comodidade possíveis.

Além das expedições que fazia periodicamente à cidade do Rio de Janeiro, para comprar fazendas e gêneros de Portugal, que trocava pelos produtos da terra, mandara vir do reino alguns oficiais mecânicos e hortelãos, que aproveitam os recursos dessa natureza tão rica, para proverem os seus habitantes de todo o necessário.

Assim, a casa era um verdadeiro solar de fidalgo português, menos as ameias e a barbacã, as quais haviam sido substituídas por essa muralha de rochedos inacessíveis, que ofereciam uma defesa natural e uma resistência inexpugnável.

Na posição em que se achavam, isto era necessário por causa das tribos selvagens, que embora se retirassem sempre das vizinhanças dos lugares habitados pelos colonos e se entranhassem pelas florestas, costumavam contudo fazer correrias e atacar os brancos à traição.

Em um círculo de uma légua da casa, não havia senão algumas cabanas em que moravam aventureiros pobres, desejosos de fazer fortuna rápida, e que tinham-se animado a se estabelecer neste lugar, em parcerias dez e vinte, para mais facilmente praticarem o contrabando do ouro e pedras preciosas, que iam vender na costa.

Estes, apesar das precauções que tomavam contra os ataques dos índios, fazendo paliçadas e reunindo-se uns aos outros para defesa comum, em ocasião de perigo vinham sempre abrigar-se na casa de D. Antônio de Mariz, a qual fazia as vezes de um castelo feudal na Idade Média.

O fidalgo os recebia como um rico-homem que devia proteção e asilo aos vassalos; socorria-os em todas as suas necessidades, e era estimado e respeitado por todos que vinham, confiados na sua vizinhança, estabelecer-se por esses lugares.

Deste modo, em caso de ataque dos índios, os moradores da casa do Paquequer não podiam contar senão com os seus próprios recursos; e por isso D. Antônio, como homem prático e avisado que era, havia-se premunido para qualquer ocorrência.

Ele mantinha, como todos os capitães de descobertas daqueles tempos coloniais, uma banda de aventureiros que lhe serviam nas suas explorações e correrias pelo interior; eram homens ousados, destemidos, reunindo ao mesmo tempo aos recursos do homem civilizado a astúcia e agilidade do índio de quem haviam aprendido; eram uma espécie de guerrilheiros, soldados e selvagens ao mesmo tempo.

D. Antônio de Mariz, que os conhecia, havia estabelecido entre eles uma disciplina militar rigorosa, mas justa; a sua lei era a vontade do chefe; o seu dever a obediência passiva, o seu direito uma parte igual na metade dos lucros. Nos casos extremos, a decisão era proferida por um

conselho de quatro, presidido pelo chefe; e cumpria-se sem apelo, como sem demora e hesitação.

Pela força da necessidade, pois, o fidalgo se havia constituído senhor de baraço e cutelo, de alta e baixa justiça dentro de seus domínios; devemos porém declarar que rara vez se tornara precisa a aplicação dessa lei rigorosa; a severidade tinha apenas o efeito salutar de conservar a ordem, a disciplina e a harmonia.

(ALENCAR, José de. *O guarani*. In: *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964. V.II. pp. 31-2.)

1. No primeiro parágrafo do texto, o narrador diz que D. Antônio *procurava dar a essa habitação construída no meio de um sertão todo o luxo e comodidade possíveis*. A observar o uso do pronome demonstrativo destacado, o que se pode dizer é que

- a) se deu de forma indevida, sendo mais adequado, em seu lugar, o uso de *aquela*.
- b) é possível imaginar que já tenha sido feita, anteriormente, alguma referência à habitação.
- c) a referência à habitação será posteriormente estabelecida.
- d) poderia ter sido usado, indistintamente, ou o pronome *essa* ou o pronome *esta*.

2. Observe, agora, o uso do pronome *isto*, no quarto parágrafo: *Na posição em que se achavam, isto era necessário (...)*.

- a) O uso que se fez do pronome difere do que se mostra gramaticalmente correto nos dias atuais, uma vez que o que se fazia necessário já havia sido mencionado anteriormente.
- b) O que se percebe é que, tanto no século XIX quanto nos dias atuais, os valores prescritos pela norma gramatical culta oscilam quanto ao uso dos pronomes demonstrativos.
- c) Seria mais apropriado que, no lugar do pronome *isto*, tivesse sido utilizado o pronome *aquilo*.
- d) Utilizou-se o pronome *isto* porque o seu referente ainda estaria por ser mencionado.

3. Ainda no quinto parágrafo, ao final do período, lê-se: *(...) para mais facilmente praticarem o contrabando do ouro e pedras preciosas, que iam vender na costa*.

O dicionário *Aurélio Eletrônico Século XXI* define, assim, o significado de *contrabando*:

[Do it. contrabbando.]

S. m.

- 1. Introdução clandestina de mercadorias estrangeiras sem pagamento de direitos. [Cf. descaminho (3).]
- 2. P. ext. Objeto, artigo contrabandeado; muamba.
- 3. Comércio ou tráfico proibido: Foram presos porque fazem contrabando de maconha.
- 4. Fam. Ato mau praticado às ocultas.
- 5. Bras. Gír. Pessoa com quem se tem ligação amorosa, clandestina, permanente ou de ocasião: Clarimundo apareceu aqui com o seu contrabando: a Miquelina.

Historicamente, é comum ocorrer uma evolução na significação de um vocábulo. Levando-se em consideração o contexto do século XIX, é razoável afirmar, ainda com base no texto em estudo,

- a) que, nesse caso, não houve uma evolução do sentido, uma vez que a coroa portuguesa reprimia intensamente esse tipo de atividade.
- b) a despreocupação de D. Antônio de Mariz em relação às atividades ilegais que se desenvolviam em sua área de atuação.
- c) que o vocábulo não assumia, naquele tempo, o mesmo valor que nos dias atuais, uma vez que D. Antônio de Mariz, inclusive, recebia os contrabandistas em sua fortaleza.
- d) a ousadia dos contrabandistas, que se apresentavam, abertamente, a D. Antônio de Mariz.

4. No quarto parágrafo do texto, foram utilizadas as conjunções *embora* e *contudo*. Cada uma delas poderia ser substituída, sem prejuízo do sentido original da enunciação, por

- a) *apesar de* (com modificação do tempo verbal) e *embora*.
- b) *posto que* e *no entanto* (com alteração da pontuação).
- c) *uma vez que* e *todavia*.
- d) *mesmo que* e *mas também*.

5. A colocação pronominal, na língua portuguesa, mostrou-se oscilante no decorrer de sua evolução histórica. No oitavo parágrafo, por exemplo, o narrador faz um uso enclítico do pronome oblíquo *se*.

- a) Esse uso *se* mostra correto, uma vez que não há elemento de atração que exija sua próclise.
- b) Teria sido mais apropriado o seu uso proclítico.
- c) Caso tivesse sido utilizada a mesóclise, a frase assumiria uma tonalidade de maior erudição.
- d) Definitivamente, esse uso é incorreto.

6. Um dos pontos mais significativos, em termos semânticos, quando se pensa o uso pronominal, é o leitor conseguir identificar quais os referentes de cada pronome em um dado texto. No nono parágrafo, observa-se o seguinte trecho: (...) *uma banda de aventureiros que lhe serviam nas suas explorações e correrias pelo interior; (...)*. Os referentes dos pronomes grifados são, respectivamente,

- a) aventureiros, D. Antônio, ele.
- b) capitães, D. Antônio, D. Antônio.
- c) banda, ele, ele.
- d) aventureiros, ele, ele.

## Gabarito

1. B
2. A
3. C
4. B
5. A
6. D